

TERMO DE REFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2024

DISPENSA PRESENCIAL Nº 017/2024

OBJETO: Contratação de empresa hoteleira em Caldas Novas-GO, para atender a excursão dos idosos cadastrados no Centro de Convivência do Idoso “Luci Bitencourt de Freitas, nos dias 21 e 22 de maio; incluso café da manhã, almoço, sopas e caldos no jantar- Hospedagem para 200 pessoas.

VALOR DO PREÇO ESTIMADO:

R\$ 56.366,66 (cinquenta e seis mil, trezentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:

FECHADO

PREFERÊNCIAS ME / EPP / EQUIPARADAS – REGIONALIDADE:

SIM – SIM

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS:

Até às 13:00 (treze) horas do dia 16/05/2024

INÍCIO DA SESSÃO PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS PROTOCOLADO:

DATA: 16/05/2024

HORÁRIO: 13:10 (treze) horas e (dez) minutos.

LOCAL: Secretaria de Compras e Licitações do Município de Canápolis-MG

LOCAL DE PROTOCOLO:

Secretaria de Compras e Licitações do Município de Canápolis-MG

CONSULTAS AO TERMO DE REFERÊNCIA E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES:

Na internet, no site www.canapolis.mg.gov.br

ENDEREÇO DA SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES:

Praça 19 de Março, nº 304 – Centro – CEP 38.380-000 – Canápolis/MG

OBJETO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

1.1 Contratação de empresa hoteleira em Caldas Novas-GO, para atender a excursão dos idosos cadastrados no Centro de Convivência do Idoso "Luci Bitencourt de Freitas, nos dias 21 e 22 de maio; incluso café da manhã, almoço, sopas e caldos no jantar- Hospedagem para 200 pessoas.

Item	Unid.	Quant.	Especificações mínimas do serviços
01	SV	01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HOTELEIRA- Na cidade de Caldas Novas-GO, para atender a excursão dos idosos cadastrados no Centro de Convivência do Idoso "Luci Bitencourt de Freitas" nos dias 21 e 22 de maio de 2024. • <u>Incluso: Café da manhã, almoço, sopas e caldos no jantar - Hospedagem para 200 pessoas.</u>

1.2. A EMPRESA CONTRATADA deverá efetuar a prestação de serviço dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas legais e técnicas a elas pertinentes, bem como, orientações e data de entrega estabelecidas.

1.3. Não será aceito serviços, em desacordo com as especificações e condições constantes no Termo de Referência ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, cabendo à EMPRESA CONTRATADA efetuar as substituições necessárias em prazo a ser determinado, sob pena de aplicação das sanções previstas e/ou rescisão contratual.

JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. 1.1 Contratação de empresa hoteleira em Caldas Novas-GO, para atender a excursão dos idosos cadastrados no Centro de Convivência do Idoso "Luci Bitencourt de Freitas, nos dias 21 e 22 de maio; incluso café da manhã, almoço, sopas e caldos no jantar - Hospedagem para 200 pessoas.

2.2. A presente contratação fundamenta-se no art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021 e Decreto Federal nº 11.871/2023.

2.3. A presente licitação será procedida de Forma Presencial nos termos do art. 75 inciso II da lei 14.133/2021 e Decreto Federal nº 11.871/2023, pois o Município de Canápolis-MG está em fase aprimoramento, preparação e estudos de viabilidades para a realização de licitações na modalidade dispensa na forma Presencial, nos termos do Art. 17§2º da lei 14.133/2021.

ESTIMATIVA DE PREÇO

3.1 A média estimada global, considerando a pesquisa de mercado e conforme estudo técnico preliminar para a referida contratação foi **R\$ 56.366,66 (cinquenta e seis mil, trezentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos)**, conforme especificado abaixo:

Item	Unid.	Quant.	Especificações do material	MÉDIA ESTIMAD	
				Valor Unitário	Valor Total
01	SV	1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HOTELEIRA- Na cidade de Caldas Novas-GO, para atender a excursão dos idosos cadastrados no Centro de Convivência do Idoso "Luci Bitencourt de Freitas" nos dias 21 e 22 de maio de 2024. • <u>Incluso: Café da manhã, almoço, sopas e caldos no jantar - Hospedagem para 200 pessoas.</u>	R\$ 56.366,66	R\$ 56.366,66

3.2. O preço é fixo e irrevogável ressalvada as seguintes hipóteses:

- Ocorrência de situação, devidamente comprovada, prevista nos art. 136, da Lei 14.133/2021;
- Eventual prorrogação do Contrato; baseado no art. 6, inc. XVII da Lei 14.133/2021;
- A reposição do desequilíbrio econômico-financeiro da contratação dar-se-á somente após 12 (doze) meses do Contrato, fixando índice INPC acumulado nos últimos 12 (doze) meses.

3.3 Deverão ser observados os preços de referência de cada item e total, constantes do Termo de Referência, extraídos de pesquisa de preços de mercado, sendo que serão aceitos valores superiores ao estimado, na fase de proposta, porém o valor final não poderá ultrapassar a média prevista pela Administração, que serão tidos como preços máximos.

No entanto o Agente de Contratação, desde que seja devidamente justificado, poderá ou não, classificar como vencedor a proposta acima do estimado pela Administração, ou ainda, desclassificar as propostas acima do estimado.

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes de forma **OBRIGATÓRIA**, deverão apresentar/protocolar os seguintes documentos abaixo descritos em envelope devidamente lacrado, para fins de classificação de Habilitação. **Caso algum documento não seja apresentado o mesmo será INABILITADO.**

- **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

4.1.1 Ato constitutivo, estatuto ou **contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial ou órgão competente, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de **sociedades por ações**, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou ainda, **Certificado da condição de Microempendedor Individual CCMEI**.

4.1.1.1 Inscrição do ato constitutivo, **no caso de sociedades civis**, acompanhada de prova da Diretoria em exercício, se necessário for.

4.1.1.2 **Registro comercial, arquivado na Junta Comercial** respectiva, no caso de empresa individual;

4.1.2 **Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII** do Art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo I anexo ao presente termo de referência.

4.1.3 **Declaração de conhecimento do termo de referência** conforme modelo II anexo ao presente termo de referência.

4.1.4 **Declaração de fato superveniente impeditivo de habilitação**, conforme modelo III anexo ao presente termo de referência.

4.1.5 **Declaração de enquadramento em regime de tributação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (na hipótese de o licitante ser uma ME ou EPP)**, conforme modelo IV anexo ao presente termo de referência.

- **REGULARIDADE FISCAL**

4.1.5. **Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)** – (Para esse documento não será exigido data de validade, o mesmo deverá conter atividades pertinentes ao ramo do objeto ora licitado);

4.1.6. **Inscrição no Cadastro de Contribuintes estadual e/ou municipal, se houver**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto, caso a empresa seja isenta apresentar declaração de isenção tanto no âmbito estadual como municipal.

4.1.7. **Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei;

4.1.8. **Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio** ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei;

4.1.9. **Prova de regularidade para com a Fazenda Federal do domicílio** ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei;

4.1.10. **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

4.1.11. **Prova de regularidade de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT)**.

- **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

4.1.12. **Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.**

4.1.13. **Certidão negativa de feitos sobre falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

5.1 A prestação de serviço será executada conforme conveniência da Secretaria de Desenvolvimento Social de Canápolis-MG, respeitando o presente termo de referência.

5.2 A prestação de serviço deverá ser realizada sob orientação da Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de Canápolis-MG.

5.3. A prestação de serviço, pelo Município, dar-se-á por meio dos seguintes procedimentos, observando o disposto no artigo 140 da Lei Federal 14.133/21:

- a) **Provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações contidas neste termo de referência, e, se encontrada alguma irregularidade, será fixado prazo para correção;
- b) **Definitivamente**, após 15 dias corridos, mediante a verificação do atendimento às especificações contidas neste termo de referência e consequente aceitação.

PRAZOS

6.1 A SOLICITAÇÃO da referida contratação será conforme conveniência da Secretaria de Desenvolvimento Social, dentro do prazo estabelecido de hospedagem.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1 A despesa decorrente da presente contratação correrá pela(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

298	02.10.02.08.241.0010.2044.3.3.90.39.00	(1.500.000)
------------	---	--------------------

7.2 O pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado pela Secretaria Municipal de Fazenda de Canápolis-MG, com **RECURSOS PRÓPRIOS E/OU CONVÊNIOS**, após apresentação do(s) documento(s) fiscal(is) próprios, no prazo estimado de até 30 (trinta) dias, contados da data de emissão da respectiva nota fiscal de prestação de serviço.

7.3 Os pagamentos serão efetuados por meio de crédito em conta corrente previamente indicada pelo contratado e especificado em contrato administrativo.

DEVERES DA EMPRESA CONTRATADA

8.1. Efetuar a prestação de serviços, no prazo indicados pela Secretaria de Desenvolvimento Social, em estrita observância das especificações do Termo de referência e seus anexos e da proposta, acompanhado da emissão da respectiva nota fiscal.

8.2. Responsabilizar-se pela qualidade da hospedagem, constantes em Contrato e no Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual.

8.3. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

8.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

8.5. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da prestação dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

8.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

8.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta contratual.

8.8 Prestar os serviços contratados com sigilo e boa organização na prestação de serviço de hospedagem constantes no presente termo de referência.

DEVERES DO CONTRATANTE

9.1. Receber provisoriamente a prestação de serviços, acompanhar a hospedagem, disponibilizando local, data e horário.

9.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade da prestação de serviço com as especificações constantes do Termo de referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos.

9.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da EMPRESA CONTRATADA, através de servidor especialmente designado.

9.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATAÇÃO

10.1 O acompanhamento e a fiscalização desta contratação, assim como o recebimento e a conferência da prestação de serviço, serão realizados pela Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de Canápolis-MG.

10.2 O responsável pela Secretaria de Desenvolvimento Social de Canápolis-MG atestará, por meio do “Termo de Recebimento Provisório”, a hospedagem.

10.3. Após devida conferência das especificações no prazo determinado, será efetuado o Recebimento Definitivo do objeto, quando o responsável atestará no documento fiscal correspondente, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos à EMPRESA CONTRATADA.

10.4 A EMPRESA CONTRATADA é obrigada a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização desta contratação pela Administração Municipal, bem como permitir o acesso a informações consideradas necessárias pela mesma;

10.5 O acompanhamento e a fiscalização de que trata esta cláusula não excluem nem reduzem a responsabilidade da EMPRESA CONTRATADA pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.

APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

11.1 As documentações de habilitação e proposta deverão ser protocolizadas em envelopes distintos, colados e indevassáveis no Secretaria de Compras e Licitações até a data e horário previstos neste termo de referência para contratação.

11.2 A Prefeitura Municipal de Canápolis não se responsabilizará por envelopes endereçados via postal ou por outra forma, entregues em local diverso do Secretaria de Compras e Licitações e que, por isso, não cheguem na data e horário previstos neste edital.

11.3 Os documentos exigidos, quando não contiverem o prazo de validade expressamente determinado, não poderão ter suas datas de expedição anteriores a mais de 90 (noventa) dias.

11.4 Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia, perfeitamente legíveis, autenticada em cartório ou pela Administração Municipal (Secretaria de Compras e Licitações).

11.5 A autenticação de documentos pela Administração Municipal será realizada pelo Município, no horário das 11:30 às 17:30 horas.

11.6 A Administração Municipal não autenticará documentos no ato de protocolo, e não será recebido envelopes que não estejam devidamente lacrados.

11.7 Os envelopes deverão conter em sua parte externa as seguintes informações:

ENVELOPE 01 – PROPOSTA COMERCIAL

Prefeitura Municipal de Canápolis – MG

Ao Pregoeiro e Equipe de Apoio

Referente: DISPENSA PRESENCIAL 017/2024

Proposta da Empresa: _____

Data e horário da entrega dos envelopes: até 16/05/2024 às 13:00 horas

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Canápolis – MG

Ao Pregoeiro e Equipe de Apoio

Referente: DISPENSA PRESENCIAL 017/2024

Proposta da Empresa: _____

Data e horário da entrega dos envelopes: até 16/05/2024 às 13:00 horas

SANÇÕES E PENALIDADES

12.1. A EMPRESA CONTRATADA ficará sujeita, pela inexecução das condições estipuladas neste termo de referência, às penalidades de advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Canápolis, e/ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, e acordo com o artigo 156 da Lei 14.133/21, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa.

12.2. Sem prejuízo das sanções administrativas previstas nos artigos 155 a 163 da Lei 14.133/21, serão aplicadas ao licitante vencedor, multas pecuniárias nos percentuais e casos abaixo:

- a) De 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato por dia de atraso na entrega e/ou se deixar de cumprir qualquer uma das cláusulas do instrumento contratual;
 - b) De 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor global do contrato, se por sua culpa for o mesmo rescindido, sem prejuízo das perdas e danos oriundos;
- 12.3 As multas previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.
- 12.4 Esse processo de contratação direta, não é passível de impugnação e tampouco de apresentação de recurso, haja vista que o procedimento se trata de seleção para aquisição e/ou contratação nos moldes da NLLC.

Canápolis, 07 de maio de 2024.

Elaine Rodrigues de P Batista

- Secretário Municipal de Desenvolvimento Social –

MODELO DE DECLARAÇÕES

PARTE INTEGRANTE DO TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2024

DISPENSA PRESENCIAL Nº 017/2024

- As declarações devem estar em papel timbrado da licitante ou identificado, contendo o nome, cargo ou função, dados de identificação (CPF e identidade), telefone e e-mail de contato do(s) seu(s) representante(s) legal(ais), devendo ser apresentado juntamente com os documentos de habilitação.

MODELO I – Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal

A Empresa, localizada na, nº, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº, neste ato representada por, inscrito(a) no Cadastro de Pessoa Física sob o nº, residente e domiciliado(a) à, vêm pelo presente declarar, sob as penas da lei, que está e estará cumprindo fielmente o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Sendo esta declaração a expressão da verdade, firmo a presente.

...../....., de de 2024.

Nome do Representante legal da Empresa licitante
(CARGO/RG)
- **CARIMBO DA EMPRESA** -

Obs: Texto transcrito da Constituição Federal do Brasil:

“Art. 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social”:

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”.

MODELO II – Declaração de conhecimento do Termo de Referência

...../....., de de 2024.

A Empresa, localizada na, nº, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº, neste ato representada por, inscrito(a) no Cadastro de Pessoa Física sob o nº, residente e domiciliado(a) à, infra-assinado, **DECLARA**, por este instrumento, e na melhor forma de direito, concordar com os termos da **Dispensa Presencial nº 017/2024**, dos respectivos documentos e anexos da licitação. Declara ainda, que acatará integralmente quaisquer decisões que venham a serem tomadas pelo Pregoeiro ou pela administração da Prefeitura Municipal de Canápolis, quanto à habilitação, classificação e adjudicação, ressalvados os nossos direitos legais de recursos.

Atenciosamente,

Nome do Representante legal da Empresa licitante
(CARGO/RG)

MODELO III – Declaração de fato superveniente impeditivo de habilitação

A Empresa, localizada na, nº, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº, neste ato representada por, inscrito(a) no Cadastro de Pessoa Física sob o nº, residente e domiciliado(a) à, **DECLARA EXPRESSAMENTE**, por este instrumento, para fins de habilitação **Dispensa Presencial nº 017/2024**, que até a presente data, inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

...../....., de de 2024.

Nome do Representante legal da Empresa licitante

(CARGO/RG)

- CARIMBO DA EMPRESA -

MODELO IV – Declaração de enquadramento em regime de tributação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (na hipótese de o licitante ser uma ME ou EPP)

Eu contador da empresa, inscrito no Conselho Regional de Contabilidade sob n.º, **DECLARO**, sob as penas da Lei, que a empresa Inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº, que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da citada lei.

E ainda, DECLARO que a empresa, no último exercício, receita bruta, não ultrapassou os limites, no caso de Microempresa foi igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), no caso de Empresa de Pequeno Porte foi igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), e ainda, e que os sócios proprietários da empresa licitante não são participantes do capital social de outra empresa ou se participante de outra empresa, que essa participação seja inferior a 10%, conforme inciso IV do Art. 3º da Lei 123/2006.

...../....., de de 2024.

NOME DO CONTADOR DA EMPRESA

CARIMBO COM CRC

- CARIMBO DA EMPRESA -

PROPOSTA COMERCIAL

PARTE INTEGRANTE DO TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2024

DISPENSA PRESENCIAL Nº 017/2024

Razão Social:		CNPJ:	
Endereço:		Bairro:	
Cidade:		CEP:	
Telefone:		Contato:	
E-mail:			

OBJETO: Contratação de empresa hoteleira em Caldas Novas-GO, para atender a excursão dos idosos cadastrados no Centro de Convivência do Idoso "Luci Bitencourt de Freitas, nos dias 21 e 22 de maio; incluso café da manhã, almoço, sopas e caldos no jantar- Hospedagem para 200 pessoas.

Apresentamos nossa proposta para aquisição do(s) item(ns) abaixo discriminado(s), que integra(m) o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

Item	Unid.	Quant.	Especificações do material	Valor Unit.	Valor Global
01	SV	01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HOTELEIRA- Na cidade de Caldas Novas-GO, para atender a excursão dos idosos cadastrados no Centro de Convivência do Idoso "Luci Bitencourt de Freitas" nos dias 21 e 22 de maio de 2024. • <u>Incluso: Café da manhã, almoço, sopas e caldos no jantar - Hospedagem para 200 pessoas.</u>		
VALOR TOTAL DA PROPOSTA				R\$	

* O preço proposto acima contempla toda a despesa necessária para fornecimento dos bens, incluindo fretes, seguros, impostos, etc.

OBSERVAÇÕES

- A empresa se responsabiliza a proceder com toda e qualquer documentação necessária, sendo exclusivamente responsável pelos tributos e encargos que incide a contratação.
- A empresa garante o reparo das falhas, às suas expensas, durante o prazo de garantia estabelecido neste Termo de Referência, desde que não sejam decorrentes de desgaste natural ou utilização indevida.
- A prestação de serviço de hospedagem deverá ser efetuada respeitando as normas técnicas, com segurança e sob a responsabilidade da EMPRESA CONTRATADA.

**Validade da proposta é 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura da sessão pública do Pregão.

Dados para crédito em conta corrente:

Favorecido:

Banco:

Número da Agência:

Conta corrente:

Dados do responsável para assinatura do Contrato:

Nome:

Cargo:

CPF:

RG:

Nacionalidade:

Estado civil:

Instrumento que lhe outorga poderes para assinatura do CONTRATO:

() Contrato social da empresa () Procuração

...../....., de de 2024.

<< Nome da Empresa >>

Nome do Sócio Gerente

MINUTA - CONTRATO ADMINISTRATIVO

PARTE INTEGRANTE DO TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº _____/2024

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2024

DISPENSA PRESENCIAL Nº 017/2024

INSTRUMENTO CONTRATUAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HOTELEIRA EM CALDAS NOVAS-GO, PARA ATENDER A EXCURSÃO DOS IDOSOS CADASTRADOS NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO “LUCI BITENCOURT DE FREITAS, NOS DIAS 21 E 22 DE MAIO; INCLUSO CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO, SOPAS E CALDOS NO JANTAR-HOSPEDAGEM PARA 200 PESSOAS. QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANÁPOLIS E A EMPRESA

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES E FUNDAMENTO

- 1.1. O MUNICÍPIO DE CANÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua 09, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.457.200/0001-33, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **ENIVANDER ALVES DE MORAIS**, brasileiro, solteiro, agente político, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº 724.060.706-20, residente e domiciliado nesta cidade.
- 1.2. A empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede na _____, nº ____ – Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____/____, telefone (____) _____, e-mail _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº _____, neste ato representada por _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito(a) no Cadastro de Pessoa Física sob o nº _____, portador do RG _____, residente e domiciliado(a) à _____, nº ____ – Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____/____.
- 1.3. A presente contratação fundamenta-se na Licitação DISPENSA PRESENCIAL nº 017/2024, homologada em ____ de ____ de 2024, na Lei Federal nº 14.133/21, e demais legislações pertinentes, pelas disposições contidas neste Contrato Administrativo e demais legislações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

- 2.1. **OBJETO** – Contratação de empresa hoteleira em Caldas Novas-GO, para atender a excursão dos idosos cadastrados no Centro de Convivência do Idoso “Luci Bitencourt de Freitas, nos dias 21 e 22 de maio; incluso café da manhã, almoço, sopas e caldos no jantar- Hospedagem para 200 pessoas.

Parágrafo único – Integram essa CONTRATO, como se nele estivessem transcritos, o Termo de referência, o Termo de Referência e a Proposta apresentada pela EMPRESA CONTRATADA, todos anexos a este no Processo Licitatório nº 041/2024, Dispensa Presencial nº 017/2024. Fica entendido que as especificações e toda a documentação apresentada no Termo de referência de Licitações e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro, será considerado especificado e válido.

- 2.2. **O Município não se obriga a adquirir a hospedagem relacionados dos licitantes vencedores, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art. 83, da Lei 14.133/21.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS E DE EXECUÇÃO

- 3.1. A EMPRESA CONTRATADA deverá fornecer a prestação de serviço dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas legais e técnicas a ele pertinentes.
- 3.2. A EMPRESA CONTRATADA deverá efetuar a prestação de serviço de hospedagem dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas legais e técnicas a elas pertinentes, bem como, orientações da Secretaria de Compras e Licitação do Município de Canápolis-MG.
- 3.3. Não será aceita prestação de serviço, em desacordo com as especificações e condições constantes no Termo de Referência ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, cabendo à

EMPRESA CONTRATADA efetuar as substituições necessárias em prazo a ser determinado, sob pena de aplicação das sanções previstas e/ou rescisão contratual.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1. Ficam contratado os seguintes preços conforme descrito na planilha abaixo descrito:

Item	Unid.	Quant.	Especificações do material	Valor Unit.	Valor Global
01	SV	01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HOTELEIRA- Na cidade de Caldas Novas-GO, para atender a excursão dos idosos cadastrados no Centro de Convivência do Idoso "Luci Bitencourt de Freitas" nos dias 21 e 22 de maio de 2024. • <u>Incluso: Café da manhã, almoço, sopas e caldos no jantar - Hospedagem para 200 pessoas.</u>		
VALOR TOTAL DO CONTRATO				R\$	

4.2. As despesas orçamentárias serão indicadas no ato da solicitação de entrega, devendo o órgão proceder com a nota de empenho ou equivalente, indicando o setor ou departamento de destino.

4.3. FORMA DE PAGAMENTO:

4.3.1. O pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado pela Secretaria Municipal de Fazenda do Município de Canápolis, com recursos próprios da Prefeitura Municipal de Canápolis e/ou convênios, após apresentação do(s) documento(s) fiscal(is) próprios, no prazo estimado de até 30 (trinta) dias, através de crédito em conta corrente de pessoa jurídica da empresa, conforme especificado no subitem 4.3.1.1.

4.3.1.1. Dados para crédito em conta corrente:

Favorecido:

Banco:

Agência:

Operação:

Conta Corrente:

4.3.2. Os pagamentos à EMPRESA CONTRATADA somente serão realizados mediante a efetiva entrega dos serviços nas condições especificadas.

4.3.3. O pagamento somente será efetuado pela ADMINISTRAÇÃO, mediante a apresentação de notas fiscais emitidas pela EMPRESA CONTRATADA.

4.3.4. A Secretaria de Compras e a Secretaria de Fazenda da Prefeitura Municipal de Canápolis, identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, mormente no que tange aos valores dos serviços entregues, deverão devolvê-la à EMPRESA CONTRATADA para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado no item 4.3.1. Será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

4.3.5. Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da EMPRESA CONTRATADA, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO CONTRATUAL

5.1. O prazo de vigência deste contrato administrativo será de ____/____/2024 a 31/05/2024 nos termos da lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

6.1 DA ADMINISTRAÇÃO:

6.1.1 Paralisar ou suspender a qualquer tempo, a entrega dos serviços, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços já adquiridas;

6.1.2 Efetuar os pagamentos na forma e prazo previstos nesta CONTRATO;

6.1.3 Efetuar o recebimento provisório e o recebimento definitivo o objeto, por meio do Almoxarifado Municipal;

6.1.4 Comunicar a EMPRESA CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto contratual, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la.

6.2 DA EMPRESA CONTRATADA:

6.2.1 Indicar, imediatamente após a assinatura deste contrato e sempre que ocorrer alteração, 1 (um) Preposto com plenos poderes para representá-la, decidir acerca de questões relativas aos serviços e

atender aos chamados da Administração, principalmente em situações de urgência, por meio de telefonia móvel ou outro meio igualmente eficaz;

- 6.2.2 Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução deste Contrato, durante toda a sua vigência, a pedido da Administração Municipal;
- 6.2.3 Cumprir os prazos previstos neste Contrato e outros que venham a ser fixados pela Administração Municipal;
- 6.2.4 Responsabilizar-se pela qualidade da prestação de serviço, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual;
- 6.2.5 Responsabilizar-se por todos os ônus relativos aos itens, inclusive encargos e outras taxas referente a entrega;
- 6.2.6 Providenciar, imediatamente, a correção das deficiências apontadas pela Administração Municipal, com respeito à execução deste Contrato;
- 6.2.7 Responder por quaisquer danos causados aos empregados ou terceiros, por si e/ou seus prepostos;
- 6.2.8 Responder pelo ressarcimento de danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa possibilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela ADMINISTRAÇÃO;
- 6.2.9 Manter durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

SUBCLÁUSULA ÚNICA A inadimplência da EMPRESA CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais, securitários e comerciais não transferem à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do presente Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 7.1. O acompanhamento e a fiscalização deste Contrato, assim como o recebimento e a conferência da prestação de serviço de hospedagem será realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de Canápolis-MG.
- 7.2 O responsável pela Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de Canápolis-MG atestará, por meio do “Termo de Recebimento Provisório”, a efetiva prestação de serviços constantes em nota fiscal.
- 7.3 Após devida conferência das especificações no prazo determinado, será efetuado o Recebimento Definitivo do objeto, quando o responsável atestará no documento fiscal correspondente, a efetiva prestação de serviços nas condições especificadas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos à EMPRESA CONTRATADA.
- 7.4 A EMPRESA CONTRATADA é obrigada a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização deste CONTRATO pela Administração Municipal, bem como permitir o acesso a informações consideradas necessárias pela mesma.
- 7.5 O acompanhamento e a fiscalização de que trata esta cláusula não excluem nem reduzem a responsabilidade da EMPRESA CONTRATADA pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes deste CONTRATO.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

- 8.1 Caso a EMPRESA CONTRATADA se recuse a cumprir as obrigações assumidas no presente CONTRATO ou venha a fazê-lo em desacordo com o Termo de referência, à Prefeitura Municipal de Canápolis fica reservado o direito de aplicar as penalidades de advertência, multa ou suspensão do direito de licitar e contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE CANÁPOLIS;
- 8.2 As multas, caso aplicadas, serão de acordo com a legislação em vigor e obedecerão aos seguintes critérios:
 - 8.2.1 De 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor global do CONTRATO por dia de atraso na entrega e/ou se deixar de cumprir qualquer uma das cláusulas do instrumento contratual;
 - 8.2.2 De 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor global do CONTRATO, se por sua culpa for o mesmo rescindido, sem prejuízo das perdas e danos oriundos;
- 8.3 O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Prefeitura. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser recolhida pela EMPRESA CONTRATADA no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção;
- 8.4 As multas previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa;
- 8.5 As multas e penalidades previstas neste CONTRATO não têm caráter compensatório sendo que seu pagamento não exime a EMPRESA CONTRATADA da responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados ao Município por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

- 9.1 Este Contrato Administrativo poderá ser rescindido uni ou bilateralmente, sendo o primeiro caso somente por parte da ADMINISTRAÇÃO, atendida a conveniência administrativa ou na ocorrência dos motivos elencados seção III – Da Alteração dos Contratos, art. 65 da Lei 14.133/21.
- 9.2 Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS OMISSOS

10.1 Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidos com base na Lei 14.133/21, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça aqui menção expressa.

CLÁUSULA DÉCIMO-PRIMEIRA – DO FORO

11.1 Fica eleito o foro desta cidade de Canápolis/MG, para dirimir quaisquer dúvidas provenientes do presente CONTRATO, que de outra forma não sejam solucionadas, com expressa renúncia das partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter por mais privilegiado que este seja.

E por estarem plenamente acordes com todas as cláusulas e condições aqui consignadas, assinam o presente instrumento, perante as testemunhas signatárias em 02 (duas) vias de igual teor e forma para que produzam os seus jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se a cumprir o presente tão inteira e fielmente como nele se contém, em todas as suas cláusulas e condições, por si e sucessores.

Canápolis, ____ de _____ de 2024.

MUNICÍPIO DE CANÁPOLIS - MG

Enivander Alves de Moraes
Prefeito Municipal

EMPRESA CONTRATADA

Testemunhas:

1. _____

2. _____

CPF: _____

CPF: _____